

A . I. N° - 928674800
AUTUADO - LUZ PERFUMARIA LTDA.
AUTUANTE - PAULO APARECIDO ROLO
ORIGEM - IFMT DAT/METRO
INTERNET - 28/11/05

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0432-03/05

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. TRANSPORTE DE MERCADORIAS DESACOMPANHADAS DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL. É legal a exigência de imposto do detentor da mercadoria em situação irregular, desacompanhada da documentação fiscal correspondente. Infração caracterizada. Corrigido a aplicação da alíquota por não se tratar de produto supérfluo. Reduzido o valor do débito. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, foi lavrado em 28/12/04, para exigir ICMS no valor de R\$700,79 acrescido da multa de 100% em decorrência da apreensão de diversas mercadorias desacompanhadas de documentos fiscais, conforme Termo de Apreensão de Mercadorias acostado à fl. 03.

O autuado, inicialmente discorre a autuação e diz que reconhece o cometimento da infração, mas que o autuante cometeu um equívoco ao aplicar a alíquota de 25% sobre parte da base de cálculo autuada, tendo em vista que as mercadorias objeto da autuação apresentam códigos NCM 3401.20.10 e 3307.20.10, e que deveria ter sido aplicada a alíquota de 17% nos termos do art. 50, I, do RICMS/97.

Por fim, pede que seja retificada a alíquota aplicada de 25% para 17% e que seja julgado parcialmente procedente a autuação.

O autuante, na informação fiscal prestada à fl. 21, acata as razões defensivas e reconhece que cometeu um equívoco ao aplicar a alíquota de 25%, tendo em vista que as mercadorias objeto da autuação não se enquadram na codificação NBM/SH sobre as quais é prevista aplicação da alíquota de 25%.

Requer que a autuação seja julgada parcialmente procedente, com a aplicação da alíquota de 17% sobre a base de cálculo apontada na infração de R\$2.836,20 o que resulta em valor devido de R\$482,16.

VOTO

O presente Auto de Infração faz exigência de ICMS, em virtude da constatação de circulação de mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal, fato que foi reconhecido pelo autuado, tendo apenas contestado a aplicação da alíquota de 25% ao em vez de 17% sobre uma parte da base de cálculo utilizada, sob alegação de que as mercadorias não se enquadram como produtos supérfluos.

Pela análise dos documentos juntados aos autos constato que, no levantamento do preço corrente na praça (fl. 06), o autuante relacionou os preços dos "perfumes" da marca Bela, Pura, Absinto, Homenagem e Água Fresca, o que resultou na base de cálculo de R\$2.186,40 sobre a qual aplicou a alíquota de 25%.

Na informação fiscal (fl. 21), o autuante juntou ao processo cópias das notas fiscais de nº 140240, 142779, 147643, 140000 e 142779, todas emitidas pela FANAPE-Fábrica Nacional de Perfumes S/A. Verifico que os produtos objeto da autuação não pertencem a classificação NBM/SH 3303.00.10 e 3303.00.20 sobre os quais se aplica a alíquota de 25% prevista no art. 51, II, "h" do RICMS/97, motivo pelo qual acato o demonstrativo apresentado pelo autuante à fl. 23 no qual foi aplicada a alíquota de 17% sobre a base de cálculo de R\$2.836,20, relativo a todas as mercadorias objeto da autuação, reduzindo o valor da exigência de R\$ 700,79 para R\$ 482,15 conforme demonstrativo elaborado pela autuante na fl. 23.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **928674800**, lavrado contra **LUZ PERFUMARIA LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$482,15**, acrescido da multa de 100%, prevista no artigo 42, IV, "a", da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de novembro de 2005.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - RELATOR

MARIA DO SOCORRO FONSECA DE AGUIAR -JULGADORA